

the Milan Charter

Brazilian Portuguese Version

Carta de Milão

“A salvaguarda do futuro do planeta e do direito das gerações futuras, em todos os lugares, a uma vida saudável e gratificante é o grande desafio do desenvolvimento para o século XXI. Compreender as relações entre a sustentabilidade ambiental e a equidade é vital se quisermos expandir as liberdades humanas das gerações atuais e futuras”.

*Relatório do Desenvolvimento
Humano 2011*

Nós, mulheres e homens, cidadãos deste planeta, subscrevemos este documento, denominado Carta de Milão. Ao fazê-lo, assumimos claro compromissos em relação ao direito à alimentação, o qual julgamos deva ser considerado um direito humano fundamental.

Consideramos uma violação da dignidade humana a falta de acesso a alimentos saudáveis, sanos e em quantidade suficiente, à água limpa e à energia.

Acreditamos que só a nossa ação coletiva na qualidade de cidadãos e cidadãos, juntamente com a sociedade civil, com as empresas e as instituições locais, nacionais e internacionais, poderá permitir vencer os grandes desafios ligados à alimentação: combater a desnutrição, a malnutrição e o desperdício, promover um acesso justo aos recursos naturais, e garantir uma gestão sustentável dos processos produtivos.

Ao subscrevermos esta Carta de Milão,

- afirmamos a responsabilidade da presente geração na efetivação de ações, condutas e escolhas que garantam a proteção do direito à alimentação também para as gerações futuras;
- comprometemo-nos a promover decisões políticas que permitam alcançar o objetivo fundamental de garantir um acesso justo à alimentação para todos.

Nós acreditamos que

- todos têm o direito de acesso a uma quantidade suficiente de alimentos seguros, saudáveis e nutritivos, que satisfaçam as necessidades alimentares pessoais ao longo de toda a vida e permitam uma vida ativa;
- a alimentação tem um forte valor social e cultural, e nunca deve ser usada como instrumento de pressão política ou econômica;
- os recursos do planeta devem ser geridos de modo justo, racional e eficiente para que não sejam explorados de forma excessiva e não beneficiem alguns em detrimento de outros;
- o acesso a fontes de energia limpa é um direito universal, para gerações presentes e futuras;
- o investimento nos recursos naturais, em particular na terra, deve ser regulamentado, para garantir e preservar o acesso a esses recursos por parte das populações locais, bem como o acesso a seu uso sustentável;
- uma correta gestão dos recursos hídricos, ou seja, uma gestão que tenha em conta a relação entre a água, os alimentos e a energia é fundamental para garantir a todos o direito à alimentação;
- a atividade agrícola é fundamental não apenas para a produção de alimentos, mas também por sua contribuição para o desenho da paisagem, a proteção do ambiente e do território e a conservação da biodiversidade.

Nós consideramos inaceitável que

- haja desigualdades injustificáveis nas possibilidades, nas capacidades e nas oportunidades entre indivíduos e povos;
- cerca de 800 milhões de pessoas sofram de fome crônica, mais de 2 bilhões de pessoas estejam malnutridas ou sofram de carência de vitaminas e sais minerais; quase 2 bilhões de pessoas tenham excesso de peso ou sofram de obesidade, 160 milhões de crianças sofram de desnutrição e problemas de crescimento;
- a cada ano, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos produzidos para o consumo humano sejam desperdiçados ou se percam na cadeia alimentar;
- mais de 5 milhões de hectares de floresta desapareçam a cada ano com sérios prejuízos para a biodiversidade e para as populações locais, e com efeito grave também para o clima;
- os recursos do mar sejam explorados de forma excessiva: mais de 30% dos produtos da pesca destinados a comércio são explorados para além da sua capacidade de regeneração;

- os recursos naturais, incluindo a terra, sejam utilizados de forma contrária às necessidades e expectativas das populações locais;
- continue a existir a pobreza energética, em particular a falta de acesso ou um acesso limitado a serviços energéticos eficientes e a instrumentos para cozinhar eficientes, baratos, não poluentes e não prejudiciais para a saúde.

Estamos cientes de que

- um dos maiores desafios da humanidade é nutrir uma população em crescimento constante sem causar danos ao ambiente, a fim de preservar os recursos também para as gerações futuras;
- a alimentação desempenha um papel importante na definição da identidade de cada pessoa e é uma das componentes culturais que descreve e dá valor a um território e aos seus habitantes;
- os agricultores, criadores e pescadores exercem um papel fundamental na nutrição; eles têm direitos e deveres iguais relativamente ao seu trabalho, quer como pequenos empresários quer como grandes empresas;
- estamos todos interconectados e somos todos responsáveis pela preservação da terra, pela proteção do território e do seu valor ambiental;
- é possível favorecer melhores condições de acesso a alimentos saudáveis e suficientes em contextos de forte urbanização, por meio de processos inclusivos e participativos que se valham das novas tecnologias;
- uma correta educação alimentar a partir da infância é fundamental para um estilo de vida saudável e uma melhor qualidade de vida;
- o conhecimento e a prática dos modos de produção, tanto tradicionais como avançados, são essenciais para a eficiência dos sistemas agrícolas, da agricultura familiar à industrial;
- o mar tem um valor fundamental para os equilíbrios do planeta e requer políticas supranacionais; um ecossistema marinho íntegro e saudável tem uma relevância crucial para o bem-estar coletivo, até porque a pesca dá emprego a milhões de pessoas e o peixe, para muitos, representa a única fonte de nutrientes de alta qualidade;
- para fazer frente aos desafios alimentares futuros de um modo

sustentável, é indispensável adotar uma abordagem sistêmica, atenta aos problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais, e que envolva todos os atores sociais e institucionais.

Visto sabermos que somos responsáveis por deixar um mundo mais saudável, justo e sustentável às gerações futuras,

enquanto cidadãs e cidadãos, comprometemo-nos a

- cuidar e ter consciência da natureza dos alimentos que consumimos, informando-nos a respeito dos seus ingredientes e de como e onde são produzidos, a fim de realizar escolhas responsáveis;
- consumir apenas as quantidades de alimentos suficientes para as necessidades nutritivas, certificando-nos de que os mesmos sejam consumidos antes que se estraguem, sejam doados quando os houver em excesso e sejam conservados de modo a não se deteriorar;
- evitar o desperdício de água em todas as atividades quotidianas, domésticas e produtivas;
- conhecer e proteger o ambiente por meio de comportamentos responsáveis e boas práticas, tais como reciclar, regenerar e reutilizar os objetos de consumo;
- promover a educação alimentar e ambiental no âmbito familiar para um crescimento consciente das novas gerações;
- escolher conscientemente os alimentos, considerando o impacto de sua produção no meio ambiente;
- ser parte ativa na realização de um mundo sustentável, inclusive por meio de soluções inovadoras, frutos de nosso trabalho, criatividade e engenho;

Enquanto membros da sociedade civil, comprometemo-nos a:

- fazer ouvir a nossa voz em todos os níveis decisoriais, a fim de determinar projetos para um futuro mais sustentável;
- representar as instâncias da sociedade civil nos debates e nos processos de formação das políticas públicas;
- reforçar e integrar a rede internacional de projetos, ações e iniciativas que constituem um importante recurso coletivo;
- identificar e denunciar os principais pontos críticos na legislação que disciplina a doação de alimentos não vendidos, de modo a nos comprometermos ativamente na recuperação e redistribuição dos excedentes;
- promover instrumentos que defendam e promovam a renda de agricultores,

criadores e pescadores, potenciando os instrumentos de organização e cooperação, inclusive entre os pequenos produtores;

- valorizar os pequenos produtores locais como protagonistas de uma forma avançada do desenvolvimento e promover as relações diretas entre produtores, consumidores e territórios de origem;

Enquanto empresas, comprometemo-nos a:

- aplicar as normas e convenções internacionais em matéria ambiental e social e favorecer formas de emprego que respeitem os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores;
- investir na pesquisa, promovendo uma maior partilha dos resultados e desenvolvendo-a no interesse da coletividade, sem contraposição entre o setor público e o privado;
- promover a diversificação das produções agrícolas e de criação a fim de preservar a biodiversidade e o bem-estar animal;
- melhorar a produção, a conservação e a logística, de modo a evitar (ou eliminar) a contaminação e minimizar o desperdício, inclusive da água, em todas as fases da cadeia produtiva;
- produzir e comercializar alimentos saudáveis e seguros, informando os consumidores sobre os conteúdos nutricionais, impactos ambientais e implicações sociais do produto;
- promover técnicas adequadas de embalagem, que permitam reduzir o desperdício e facilitar a eliminação ou reciclagem de materiais usados;
- promover inovações que informem os consumidores sobre os tempos de consumo compatíveis com a natureza, a qualidade e a modalidade de conservação dos alimentos;
- reconhecer o contributo positivo da cooperação e dos acordos estruturais na cadeia, especialmente a alimentar, entre agricultores, produtores e distribuidores, para uma previsão mais eficaz da demanda;
- contribuir para os objetivos do desenvolvimento sustentável seja por meio da inovação de processos, produtos e serviços, seja por meio da adoção e cumprimento de códigos de responsabilidade social.

Assim, nós, mulheres e homens, cidadãos deste planeta, ao subscrevermos esta Carta de Milão, *instamos* governos, instituições e organizações internacionais a *comprometer-se* a:

- avaliar a introdução de medidas normativas para garantir e efetivar o direito à alimentação e a soberania alimentar;
- reforçar as legislações em favor da proteção do solo agrícola, para regulamentar os investimentos nos recursos naturais, protegendo as populações locais;

- promover o tema da nutrição nos fóruns internacionais entre governos, assegurando a implementação efetiva e concreta dos compromissos em âmbito nacional e a coordenação também no âmbito dos organismos internacionais especializados;
- desenvolver um sistema de comércio internacional aberto, baseado em regras compartilhadas e não discriminatório, capaz de eliminar as distorções que limitam a disponibilidade de alimentos, criando as condições para uma melhor segurança alimentar global;
- considerar os alimentos como um patrimônio cultural e nesse sentido defendê-los de contrafações e fraudes, protegê-los de práticas comerciais enganosas e incorretas, valorizar a sua origem e originalidade com processos normativos transparentes;
- formular e implementar regras e normas jurídicas relativas aos alimentos e à segurança alimentar e ambiental que sejam compreensíveis e facilmente aplicáveis;
- apoiar e promover a cultura da alimentação saudável como instrumento de saúde global;
- combater e eliminar o trabalho infantil e irregular no setor agroalimentar;
- trabalhar para a construção de uma estrutura supranacional que reúna informação e análise dos crimes que interessam à cadeia agroalimentar e que reforce a cooperação para combater atos ilícitos;
- identificar boas práticas em políticas públicas e ajuda ao desenvolvimento que sejam coerentes com as necessidades locais, não emergenciais e orientadas para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis;
- promover pactos globais relativamente às estratégias alimentares urbanas e rurais em relação à sustentabilidade e ao acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, que envolvam as principais áreas metropolitanas do planeta e o campo;
- aumentar os recursos destinados à pesquisa e à transferência dos seus resultados, à capacitação e à comunicação;
- introduzir ou reforçar nas escolas e cantinas escolares os programas de educação alimentar, física e ambiental como instrumentos de saúde e prevenção, valorizando em particular o conhecimento e o intercâmbio de culturas alimentares diferentes, a partir dos produtos típicos, locais e orgânicos;
- desenvolver medidas e políticas dos sistemas de saúde nacionais que promovam dietas saudáveis e sustentáveis e reduzam o desequilíbrio alimentar, com atenção prioritária às pessoas com necessidades especiais de nutrição, de correta hidratação e de higiene, em particular idosos, grávidas, recém-nascidos, crianças e doentes;
- promover um acesso equitativo à alimentação, à terra, ao crédito, à capacitação, à energia e às tecnologias, em especial para as mulheres, pequenos produtores e grupos sociais mais desfavorecidos;
- criar instrumentos de apoio em favor da população mais carente, inclusive por

meio da coordenação entre os atores do setor da recuperação e da distribuição gratuita dos excedentes alimentares;

- incluir o problema dos desperdícios e perdas alimentares e hídricas nas agendas internacional e nacional, por meio de investimentos públicos e privados em prol de sistemas produtivos mais eficazes;
- valorizar a biodiversidade tanto a nível local como global, utilizando indicadores que definam tanto seu valor biológico quanto seu valor econômico;
- considerar a relação entre energia, água e alimentos de uma forma compreensiva e dinâmica, ressaltando suas fundamentais conexões, de modo a poder gerir estes recursos no âmbito de uma perspectiva estratégica e de longo prazo de forma a fazer frente à mudança do clima.

Uma vez que acreditamos que um mundo sem fome é possível e é uma questão de dignidade humana, no Ano Europeu para o Desenvolvimento e por ocasião da Expo Milão 2015, nós nos comprometemos a adotar os princípios e as práticas expostas nesta Carta de Milão, coerentes com a estratégia que os Estados membros das Nações Unidas elaboraram para erradicar o problema da fome até 2030. Ao subscrevermos esta Carta de Milão, declaramos dar a nossa adesão concreta e ativa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promovidos pelas Nações Unidas.

Um futuro sustentável e justo também é nossa responsabilidade.

ASSINATURAS